

A mão do carrasco: o impacto na saúde mental da população LGBT+ após o período eleitoral de 2018 no Brasil

The executioner's hand: the mental health impact of the LGBT + population after the 2018 election period in Brazil

La mano del verdugo: El impacto en la salud mental de la población LGBT + después del período electoral de 2018 en Brasil

Recebido: 24/03/2019 | Revisado: 21/04/2019 | Aceito: 22/04/2020 | Publicado: 23/04/2020

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6421-5754>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com

João Caio Silva Castro Ferreira

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3497-5896>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: joaovscaiovscaastro@outlook.com

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5493-5376>

Centro Universitário UniFacid | Wyden, Brasil

E-mail: paulo_juniorpio@hotmail.com

Liana Maria Ibiapina do Monte

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8339-8477>

Fiocruz – Piauí, Brasil

E-mail: lianaipiapina@yahoo.com.br

George André Lando

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4376-265X>

Universidade de Pernambuco , Brasil

E-mail: giorge.lando@upe.br

Elaine Ferreira do Nascimento

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1632-9148>

Fiocruz – Piauí, Brasil

E-mail: negraelaine@gmail.com

Marcos Renato de Oliveira

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1803-9870>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: enfmarcosrenato@hotmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar o impacto na saúde mental da população LGBT+, após o período eleitoral de 2018 correlacionando com os principais fatos que ocorreram nesses três eixos: subjetividade, política e saúde. Com vista para entender os reflexos que causaram devido aos estigmas, discriminação, preconceito, bem como a ameaça contra os seus direitos sociais e humanos, estes conquistados à duras penas, durante o período eleitoral. A metodologia utilizada para este trabalho foi uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida na capital do Piauí, Teresina. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturada e analisadas a partir do método de interpretação dos sentidos realizada com Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travetis e Transexuais (LGBT's) independentemente de serem pessoas assumidas para seus familiares ou não, com idade igual ou acima de 18 anos, integrantes de algum movimento social sobre as causas LGBT e, que já tiveram concluído ou estejam cursando o ensino superior. Os resultados apontam como a figura de Jair Bolsonaro, contribuiu para legitimação de uma rede de discurso de ódio contra as “minorias sociais”, dentre eles os LGBTs, culminando assim em uma necropolítica ou política da morte.

Palavras-chaves: Saúde mental; LGBT; Política.

Abstract

The article aims to analyze the impact on the mental health of the LGBT + population, after the electoral period the 2018, correlating with the main facts that occurred in these three axes: subjectivity, politics and health. With a view to understanding the reflexes they caused due to stigmas, discrimination, prejudice, as well as the threat against their social and human rights, these conquered with great difficulty, during the electoral period. The methodology used for this work was a qualitative research, developed in the capital of Piauí, Teresina. The information was collected through semi-structured interviews and analyzed using the method of interpretation of meanings carried out with Lesbians, Gays, Bisexuals, Travestis and Transsexuals. (LGBT's) regardless of whether they are assumed to be their relatives or not, aged 18 or over, members of a social movement on LGBT causes and who have already completed or are in higher education. The results show how the figure of Jair Bolsonaro

contributed to legitimize a network of hate speech against “social minorities”, among them LGBT people, culminating in a necropolitics or politics of death.

Keywords: Mental health; LGBT; Politics.

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar el impacto en la salud mental de la población LGBT +, después del período electoral de 2018, correlacionando con los principales hechos que ocurrieron en estos tres ejes: subjetividad, política y salud. Con el fin de comprender los reflejos que causaron debido a los estigmas, la discriminación, los prejuicios y la amenaza contra sus derechos sociales y humanos, estos conquistaron con gran dificultad durante el período electoral. La metodología utilizada para este trabajo fue una investigación cualitativa, desarrollada en la capital de Piauí, Teresina, que se recopiló a través de entrevistas semiestructuradas y se analizó utilizando el método de interpretación de significados realizado con lesbianas, gays, bisexuales, travestis y transexuales. (LGBT) independientemente de si se supone que son parientes o no, mayores de 18 años, miembros de un movimiento social sobre causas LGBT y que ya han completado o están en la educación superior. Los resultados muestran cómo la figura de Jair Bolsonaro contribuyó a legitimar una red de discurso de odio contra las "minorías sociales", entre ellas las personas LGBT, que culminó en una necropolítica o política de muerte.

Palabras clave: Salud mental; LGBT; Política.

1. Introdução

Ao analisamos a trajetória de luta pelo livre direito à expressão da orientação sexual e a identidade de gênero no Brasil, na busca pela ruptura com a visão binária e biológica, especificamente em referência às populações de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTQ+), foi percebido que, ao longo da história, este grupo social foi (lê-se ainda são) sistematicamente excluído, ou simplesmente censurado, devido aos aspectos machistas originários da estrutura patriarcal que envolve a sociedade, as quais vivem, que dentre muitas coisas, regula as relações afetivo-sexuais (Butler & Rios, 2009).

Nessa perspectiva, discutir sobre assuntos referentes à subjetividade, a política e a saúde da população LGBT+, significa compreender a insatisfação desse grupo com relação a esses três eixos, que são regidos e regulados, por princípios tradicionais de conduta preconceituosa e discriminatória que causam sofrimentos nessas pessoas em diversos aspectos

de sua vida social, e que promove a distorção da sua historicidade, bem como as estigmatizam e as excluem do meio em que vivem (Louro, 2018).

Um dos pontos, que levam a distorção histórica desta população. É a supremacia da lógica heterossexual, que faz com que esses sujeitos sejam menosprezados e marginalizados pela sociedade, por não se encaixarem com as ideias heteronormativas, por esta razão tendem a deixar marcas profundas a sua subjetividade, principalmente no que diz respeito a sua percepção sobre si. Nesse sentido, a homossexualidade é considerada desvio conforme a heterossexualidade, nisso acirram-se às lutas pela liberdade sexual e aceitação da sua subjetividade em vários campos, principalmente na política (Costa & Martins, 2018).

Pois, a sexualidade é uma sociabilidade de conotação política, à medida que esta fundamentada em estrutura desenvolvida democraticamente, que prega o pluralismo e a laicidade requeridos por quaisquer sociedades que possuam um Estado Democrático de Direito, em que há noções, principalmente de liberdade, igualdade e não discriminação, sendo estes guiados e protegidos pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Todavia, essa questão somente ganhou força, a partir da aliança feita pelos LGBTs com os partidos de esquerda, na década de 80 (Silva & Rubio, 2018).

Porém, só se concretizou com a ascensão dos governos petistas de Lula (2003-2011) e, em seguida, de Dilma Rousseff (2011-2016), que deram voz ativa a este grupo historicamente vulnerável em relação aos paradigmas sociais que os afligem diretamente na sua trajetória de vida, alusivo aos temas de gênero e diversidade, bem como obtiveram ganhos na perspectiva dos direitos humanos e sociais, com a criação de secretarias para esta população. O período, também foi marcado com a insurgência de vários movimentos sociais voltado para a causa, enquanto espaço para centralizar discussões referentes à temática, assim como lugar para formação política (Sierra, 2019).

No entanto em 2018, dentro do campo da política, especificamente no período eleitoral, ganhou visibilidade um novo modelo de violência simbólica, o discurso de ódio, que contribuiu negativamente para a saúde mental dos LGBT+.

Por conta disso, o presente artigo teve como objetivo analisar o impacto na saúde mental da população LGBT+, após o período eleitoral correlacionando com os principais fatos que ocorreram nos três eixos: subjetividade, política e saúde. Buscando entender os reflexos que causaram devido aos estigmas, discriminação e preconceito, bem como a ameaça contra os seus direitos sociais e humanos, estes conquistados à duras penas.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido na capital do Piauí, Teresina, que atualmente possui uma população estimada de 864.845 habitantes (IBGE, 2019). Por ser uma cidade nordestina, região tradicionalmente rotulada como a “terra de cabra-macho”, famosa alcunha, que carrega uma série de valores equivocados, patriarcais de aspectos machistas, e contribui bastante para que o Nordeste brasileiro ocupe o terceiro lugar em índices mais elevados de LGBTfobia (Araújo, Souza & Neto, 2018).

Nesse percurso metodológico, foram listadas as características dos prováveis participantes da pesquisa, ou seja, pessoas que se declaravam LGBTQ+, independente de serem assumidas ou não para os seus familiares, com idade igual a 18 anos ou mais, integrante de algum movimento social voltado para as causas LGBTQ+, que já tiveram concluído ou estejam cursando o ensino superior.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas e analisadas a partir do método de interpretação de sentidos. Essa metodologia baseia-se em fundamentos hermenêuticos-dialéticos que procura interpretar contextos, motivação e lógicas, a partir das falas e ações dos sujeitos (Gomes, 2016).

Na trajetória analítica-interpretativa dos textos foram percorridos os seguintes passos: (a) leitura compreensiva, com vistas à impregnação do conjunto e à apreensão das particularidades; (b) identificação e recorte temático; (c) reconhecimento e problematização das ideias explícitas e implícitas nos discursos; (d) busca de sentidos mais amplos e subjacentes às falas dos sujeitos da pesquisa; (e) diálogo entre as ideias problematizadas provenientes de outros estudos acerca do assunto; (f) elaboração de síntese interpretativa, procurando articular o objetivo do estudo, dados empíricos e a base teórica adotada (Gomes, 2016).

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e para manter o anonimato, foi acrescentado a letra ‘E’, e um número arábico que indica a sequência da entrevista realizada: (E01), (E02), (E03), e assim sucessivamente.

3. Resultados e Discussões

As entrevistas foram realizadas com Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT’s), independentemente de serem pessoas assumidas para seus familiares ou não, com idade igual ou acima de 18 anos, integrantes de algum movimento social sobre as

causas LGBT e, que já tiveram concluído ou estejam cursando o ensino superior. A pesquisa trata sobre o impacto na saúde mental da população LGBT, após o período eleitoral, o que viabilizou a emergência de quatro grandes escopos de análise: 3.1 Sentimentos de horror no cenário eleitoral: o reflexo do estado emocional das pessoas LGBT+; 3.2 Por trás do véu: a verdadeira face do preconceito/ homofobia; 3.3 Para onde vão os direitos sociais e humanos na gestão bolsonaro?; 3.4 A escolha da coletividade como caminho de resposta.

3.1. Sentimentos de horror no cenário eleitoral: o reflexo do estado emocional das pessoas lgbt+

No que se refere após o período eleitoral, nos discursos da população LGBT há referências sobre sentimentos, tendo palavras como: a) tristeza; b) insegurança; c) medo; d) raiva; e) nojo; f) fraqueza; g) impotência; h) frustração; i) desânimo e dentre outros. As palavras “tristeza” (compreendida como uma emoção bastante caracterizada pela falta de alegria e melancolia), “insegurança” (ausência de segurança ou sentimento de não estar protegido), “medo” (estado afetivo provocado pela consciência do perigo ou receio), “raiva” (sentimento de protesto ou frustração, contra alguém ou alguma coisa, que se manifesta quando o ego se sente ferido ou ameaçado) e o “mal” (sensação de aborrecimento ou incômodo físico provocado por um desconforto), foram as mais proferidas pelos entrevistados, as quais foram classificadas conforme a frequência em que foram mencionadas.

levam as constatações mesmo após passado o período eleitoral, gerando, assim, sentimentos partidários e atitudes reativas perante a democracia (Schmidt, 2019; Rocha, 2018).

Em relação as eleições de 2018, a visibilidade deu-se mais pelas mídias sociais, que se constituiu como “novo” espaço público capaz de espalhar e radicalizar, através de ações virtuais, os conflitos inerentes a realidade social, o que inclusive tornou-se “palco” para o discurso de ódio (Texeira, 2018). Sendo o ódio, um processo que obedece uma sequência lógica, articulada e intencional, que promove e estimula inúmeras condutas discriminatórias, racistas, homofóbicas e sexistas, bem como adoecimento mental e físico para suas vítimas, gerando sentimentos de dor, tristeza e seus derivados (Antonioni, 2019).

3.2. Por trás do véu: a verdadeira face do preconceito/ homofobia

Os entrevistados trouxeram um outro dado interessante que proporcionou a construção desse tópico, que tem como objetivo principal refletir acerca da questão do preconceito/homofobia ocorrido nas eleições de 2018, e que ainda reflete no atual ano de 2019, sendo bastante reverberado, conforme os participantes da pesquisa, pelo até então candidato à presidência na época, Jair Bolsonaro, que inclusive associam os discursos homofóbicos como inerente ao próprio sujeito.

No entanto, para lograr-se essa afirmativa, é necessário observar quem é o sujeito que profere as falas, o que ele diz e, principalmente, qual o lugar de fala dele. Com isso, pode-se entender todo esse contexto situacional que perpassa nas linhas dos discursos homofóbicos do agora Presidente da República, Jair Bolsonaro (Foucault, 1996; Ribeiro, 2017).

Para isso, fundamenta-se no conceito referente à teoria foucaultiana das práticas discursivas, para melhor entendimento acerca das relações de poder entre os discursos na dimensão política após as eleições, que é o escopo desta pesquisa, bem como os seus reflexos associados a este período eleitoral. Na qual, segundo Foucault (1996), em sua obra “A Ordem do Discurso”, argumenta que em todas as sociedades a produção do discurso, está sendo regulada, redistribuída e estruturada por métodos.

Quanto aos métodos, partindo da abordagem foucaultinana, estes têm como tática o procedimento da exclusão através do discurso. Portanto, é regulado por um conjunto de categorias de conhecimento, que pode até conclamar poder ao sujeito de excluir certos tipos sociais, não benquistos por ele. Nisso, o filósofo defende a tese de que é possível entender e definir o sujeito pelo seu discurso, inclusive desvelando como foi moldado, sua posição de mundo e o que ele é capaz de fazer (Silva, Azevedo & Carvalho, 2019).

De acordo com os entrevistados, em relação ao tema preconceito/ homofobia, que para melhor compreensão, foram divididos em dois pressupostos: a) A homofobia enquanto discurso institucionalizado pela sociedade; e b) E os problemas que causam o reforço desse fenômeno social pela figura pública de Bolsonaro.

No primeiro pressuposto, há um entendimento geral de que a homofobia ainda que de maneira explícita ou velada, encontra-se presente nas relações sociais, na qual a disseminação de preconceitos é considerada normal pela sociedade, de modo que, na compreensão do respectivo entrevistado de número (15):

E 15	...é um reflexo da sociedade em geral, os preconceitos que antes eram todos velados.
------	--

A sociedade, principalmente a ocidental, considera a temática de sexualidade um tema bastante polêmico, por isso mesmo a homofobia tende a se expressar de maneira velada por esta, ainda que exista na sua forma explícita, no entanto, foi esse formato que se tornou via de regra, isso pode ser visto para além de dados e bibliografias obtidas no assunto, nos dizeres “Não sou homofóbico(a), pois tenho vários amigos *gays*”, que é uma clássica resposta de pessoas que têm a intenção de esconder o desvio de conduta/preconceito (Cioccarri, 2018). Por isso, a importância de tratar desse tema, independente do âmbito, que é transgressor, principalmente no campo da política. Segundo Aristóteles, a política é uma ciência que se divide na ética da felicidade coletiva e individual do homem na Cidade-Estado, ou *pólis* (Bittar, 2017).

No Brasil a homofobia ocorre de modo velado, tendendo ser bastante eufemizada e relativizada, ainda que se tenha punição sobre isso, por meio da Lei do Racismo (Lei n. 7.771/89), com ela passa ser considerado crime a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual¹ (Abraão & Rodrigues, 2019). De acordo com os dados contabilizado pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), o país é campeão mundial de assassinatos por intolerância sexual. O GGB no último relatório, divulgou que só no início de 2019 houve uma morte de LGBT+ a cada 23 horas. Com o total de 141 mortes de LGBT+ de janeiro a 15 de maio de 2019, sendo 126 Homicídios e 15 Suicídios (Grupo Gay da Bahia, 2019).

¹ Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT. Os ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Carmen Lúcia, e Gilmar Mendes votaram pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989). O ministro Marco Aurélio foi o único a não reconhecer a mora.

Há como pensar na questão da intolerância sexual velada ou explícita, se utilizando a noção foucaultina acerca do discurso quando Michel Foucault afirma, em sua Teoria Social, que o caminho da homofobia dependerá do sujeito falante. O autor ainda defende que o poder do discurso enquanto representação cultural é construído pela sociedade, que pode ser remodelado e disseminado pelo sujeito, com o objetivo único de provocar exclusão de um determinado grupo social (Gonçalves, 2018).

Durante as entrevistas realizadas, os participantes pontuaram que o discurso de ódio incitado no período da campanha presidencial foi bastante forte em comparação com o que há cotidianamente na sociedade, bem como tem prejudicado a vida dessas pessoas, principalmente advinda do então presidente Jair Bolsonaro, que foi bastante referenciado pelos entrevistados:

E 04, E 06	...a questão de espalhar o ódio dos homossexuais (...) eu sei quando vejo o tal discurso de ódio (...) esse discurso tem prejudicado bastante a vida, não só a dignidade, mas também a vida da pessoa LGBT.
E 05, E 15, E 47	...incitadas por um discurso presidencial que é muito forte, não é discurso de mesa de bar, não é um discurso vindo da esquina, é da liderança máxima do país, e isso repercute simbolicamente (...) [gerando] preconceito, ódio, intolerância e perseguição, mortes, depressão(...) pois o [presidente] já cansou de dizer que nós somos aberrações, que a gente não existe
E 26	...e fora que o discurso desde o período da campanha, já colocava que toda pessoa que não está dentro do padrão heteronormativo como inimigos.

Bolsonaro é hoje, inegavelmente umas das figuras mais polêmicas do cenário político brasileiro. O referido Presidente da República, que ainda mantém sua posição discursiva, guarda em sua trajetória um histórico de declarações tidas como ofensivas e inapropriadas, que fazem apologia à misoginia, racismo e a homofobia, que beira ao fascismo (Souza, 2018). Destacado pela entrevistada (E 50) que diz:

E50	...um discurso propício (...) que é a cara do fascismo, que fez com que ele conseguisse ter um amparo grande da população extremamente religiosa e conservadora...
-----	--

De acordo com Foucault (1996) os discursos e ideias são elementos que pertencem a um determinado tempo histórico, em que o diálogo entra em consonância com a experiência. Pois, há uma retórica do discurso e o sujeito que a profere, nisso termina por se estabelecer uma relação multifacetada no que tange as ideologias, estratégias e a cultura vigente na sociedade (Silva, 2018; Sousa, 2010).

Nessa perspectiva, representações políticas como Bolsonaro estão à margem do que prega o conceito de política na Grécia Antiga, por Aristóteles, em relação à felicidade coletiva e individual do homem, à medida que excluem uma grande parcela da população composta por: mulheres, negros, indígenas e LGBTs, por não querer perceber, nem suas questões coletivas, nem individuais. Mas, que ajuda a compreender socialmente, como o espaço político ainda que inconstitucionalmente, pode torna-se um lugar em que a questão da homossexualidade é suscetível a saberes negativos, que geram inclusive a desumanização desse público (Leal *et al*, 2015).

De certo, essa questão não é um caso isolado advindo apenas da figura do Bolsonaro. Pois, ao longo dos tempos, a sexualidade sempre foi reprimida, como bem diz Foucault (1948), em seu livro “História da sexualidade I: a vontade de saber”, que explica como era regulada e organizada tais práticas sexuais no período Vitoriano no Ocidente, reprimindo modelos tidos como “marginais”, na qual práticas afetivo-sexuais não heterossexuais eram tidas (lê-se ainda são) como manifestação desviante e “doente” da sexualidade humana frente ao designo histórico, que instituiu que relacionamento digno é somente entre homens e mulheres (Louro, 2018).

Dessa forma, o suposto desvio de conduta e a associação patológica, que ameaça a família tradicional brasileira, que tanto defende Bolsonaro, é um legado do período Vitoriano descrito por Foucault. Bolsonaro com o objetivo de se posicionar perante aos seus eleitores como um homem respeitador da família tradicional brasileira, se contrapõe a outros modelos familiares, não heteronormativos, evocando como fundamento valores simbólicos cristãos (Morais, 2019), que tem como conduta o sacramento do casamento e a procriação, portando um discurso antiquado, conforme relata a entrevistadora (E 35):

E35	... não só em relação a sexualidade, porque enfim... eu estava com minha família (...) vendo aquele discurso dele (...) mas [é um] discurso que não tinha nenhuma fundamentação (...) um discurso que a minha vó tem, um discurso de setenta anos atrás.
-----	--

Portanto, Bolsonaro é reflexo dessa conjuntura que percorre também, em outras instituições vinculadas ao presidente, como as forças armadas, pois aquele, antes de ingressar a carreira política, foi militar, isso contribuiu para umas das características mais notáveis, o nacionalismo exacerbado. Este é incrementado com a menção e defesa a Ditadura Militar (1964-1985), na qual a virilidade aparece em destaque, pois se trata de um sistema que pressupõe força, ordem e domínio masculino.

Nesse sentido, pode-se ter a convicção que o atual presidente corresponde a certo clichê atribuindo a identidade masculina, que é vigorosamente forjada pela instituição, e que hoje se encontra aposentado, na qual nela tudo que seja associado à feminilidade ou a homossexualidade são ridicularizadas, inferiorizadas e discriminadas (Dibai, 2018).

A virilidade reverberada por Bolsonaro versa com seu orgulho de ser homofóbico, que visa desqualificar e criminalizar essa forma de amor, ele se utiliza do seu cargo político para fomentar que seminários de temática LGBT são desnecessários, perigosos e desperdício de dinheiro público, estimulando e compartilhando discursos de ódio. E, também, procura persuadir os parlamentares a pensar da mesma forma (Nunes, 2014). Este posicionamento foi lembrado pelos entrevistados (E 16, E 44, E 36 e E 49):

E16, E44, E 49	Agora vou agredir uma pessoa LGBT, vou pegar e bater nessas pessoas, vou tentar matar essa pessoa tirar da sociedade (...) foi feito um discurso de ódio (...) a tirar direitos (...) da população LGBT (...) ele encorajou (...) as pessoas expressarem esses preconceitos.
E 36	...o que elegeu o presidente foi o discurso homofóbico, racista e misógino, que muitos brasileiros infelizmente têm e isso se reflete muito, tanto nos ministros, quanto nos parlamentares que o apoiam.

Nessa perspectiva, Bolsonaro representa o que tem de mais vil no conservadorismo no Brasil, que age de forma moralista, punitiva e explícita a aqueles que não se adequam às suas normas, causando aflição e medo nas pessoas que não se encaixam em seu padrão (Castro & Cavalcante, 2019). Como nos dizeres da entrevistada (E 32):

E 32	...eu me sinto aflita por esse discurso ter ganhado legitimidade.
------	---

A homofobia explicitamente Bolsonaroista mostra a faceta do que tem mais de perverso no conservadorismo, hoje vivido por grande parte da América Latina. Com o retorno dos discursos conservadores morais, conquistado conforme Foucault e Motta (2004) devido à conclamação do poder a ele, que deturpa a mais clara homofobia social, a eufemizando, deturpando e relativizando. Como relata a entrevista (E 41):

E41	...o discurso dele contra o casamento gay, a descriminalização da homofobia, contra o aborto (...) foi que elegeu ele.
-----	--

Fundamentado no conceito sobre política de Aristóteles que a trata política como um campo que se divide na ética da felicidade coletiva e individual do homem dentro da Cidade-Estado, ou polis. Nele, essa felicidade individual e coletiva na luta por reconhecimentos social, civil e político de LGBT+, o incômodo, sendo notável como os seus discursos deslegitimam o debate sobre igualdade gênero em prol de uma sociedade mais justa, mais igualitária, no que se refere à multiplicidade de identidade de gênero e orientação sexual.

No sentido de desumanizar, influenciando pessoas a acharem que os LGBT+ não tem nem mesmo direito à vida, por provocar ojeriza a eles, isso se torna ainda mais problemático, pois atualmente, Bolsonaro se configura como presidente, que é a autoridade máxima do poder Executivo de um estado-nação, cujo o estatuto é uma República, na qual estabelecer quaisquer diferenças é inconstitucional e incompatível com o cargo exercido.

3.3. Para onde vão os direitos sociais e humanos na gestão Bolsonaro?

Para discutir para onde vão os direitos sociais e humanos na gestão Bolsonaro, faz-se necessário realizar um autorretrato do que é esse governo ultraconservador, analisando os principais elementos que compõem a imagem daquele que surgiu como candidato à presidência. E, de como ele tornou-se a principal voz ativa de uma parcela da população que defende, por exemplo, a redução da maioria penal, armamento da sociedade civil, a discriminação do trabalho infantil e dentre outros. Soma-se ainda, com o seu notório envolvimento com casos de misógina, racismo, sexismo e de homofobia que são amplamente difundidos pela imprensa. (Cioccarri & Persichetti, 2018).

Com isso, gera-se uma tensão separatista entres aqueles que concordam e os que discordam, veementemente, de suas falas, uma vez que combina uma democracia neoliberal concordadas com preceitos e práticas de cunho fascista e conservadora, na qual o então Presidente age de forma opositiva a direitos e políticas fundamentais a qualquer ser humano, as quais foram conquistadas à duras penas, por grupos considerados minorias em direitos e privilégios tais como: mulheres, LGBTs, negros, indígenas e quilombolas, que, por conseguinte, desemboca em questões de valores de caráter individualista, meritocrático e discriminatório sejam por classe, raça/etnia, gênero ou fatores culturais e regionais (Silva, 2019). Isso foi referendado pelos entrevistados (E18), (E20), (E34), (E35), (E40), (E47) e (E19), que dizem:

E18, E20, E34, E35, E40, E47	...e cada vez [mais] eles querem acabar com nossos direitos (...) porque não foi só o presidente (...) mas o partido dele [que] hoje tem maioria [com ideias mirabolantemente conservadoras] (...) que ataca diretamente os homossexuais, negros [e] quilombolas.
E19	...o debate de dizer que LGBT não é uma aberração, não é um problema [de] saúde (...) essa reafirmação de valores conservadores [é] que vão em cima de nós homossexuais.

O Bolsonaro se utiliza da argumentativa de que tais direitos e políticas “só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”. Com isso, pode-se perceber o seu raso entendimento do que são as chamadas ‘minorias sociais’ ou ‘minorias sociológicas’, isso pôde ser observado também, nesta outra fala do então Presidente, quando ele diz: “ as minorias têm que se curvar para as maiorias”, dito em 2017, em um comício em Campina Grande. O termo “minorias sociais” deve-se dizer esta não se refere ao número quantitativo de pessoas, mas sim com a relação à desvantagem social que acomete a esses grupos sociais (Castro, 2018).

As concepções do Presidente entram em total discordância e ferem com o ideal democrático e o Estado de Direito, guiado por princípios cidadãos, que são consolidados e protegidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro do mesmo ano, Lei fundamental e suprema do país, situada no topo do ordenamento jurídico, conhecida popularmente como “Constituição Cidadã” (Bastos, 2018).

Devido ao fato da atual Constituição Federal ter sido concebida durante o processo de redemocratização, haja vista que foi promulgada após o término do período ditatorial (1964-1985), oportunizou diversas e relevantes conquistas, sendo as principais: o direito ao voto direto e secreto; extinção de quaisquer práticas de tortura/crueldade; ampliação dos direitos sociais para todos os 26 estados e um Distrito Federal; fim da censura prévia às emissoras de rádio e televisão, filmes, peças de teatros e a institucionalização dos espaços de participação social, através dos chamados controles sociais, que se dão, por meio de conselhos e conferências, permitindo assim que de forma paritária a participação da sociedade civil, enquanto canais de diálogo, debate e propostas de ações e políticas públicas, bem como a sua fiscalização (Pereira, 2018). Essa conjuntura foi bem pontuada pelo entrevistado (E14) que diz:

E14	... tem uma onda, [que] veio para ficar [nesses] setores, no sentido de atacar direitos (...) conquistados legalmente, constitucionalmente [em] 88, e que veio [através de um] discurso ultra mega liberal, de que [determinados] segmentos tem privilégios [e] benefícios, colocando na verdade esses grupos que são vulneráveis como sendo [estes] segmentos (...) os conselhos [de controle social] foram suprimidos de participação, de monitoramento, os governadores também nessa onda de agradar [esse] segmento da população [os grupos que dão apoio a gestão do governo] acaba que repercutindo as ações no âmbito do estado e do município.
-----	--

Toda essa situação pode ser percebida pelas suas constantes falas do atual Presidente da República, bem como sua própria agenda política neoliberal repletas de promessas e ditos, que foram desenvolvidas antes, enquanto ainda era deputado federal pelo Rio de Janeiro, durante e depois das eleições de 2018, que, como por exemplo, já defendia a extinção oficial 55 conselhos e colegiados que são subordinados à administração pública federal, em sua maioria criados e consolidados durante o governo petista de Lula e Dilma, e que foram efetivamente extintos no primeiro semestre do seu mandato de 2019 (Silva & Pires, 2019).

Por isso, ao aferir a essa situação, é impossível não se reportar aos tempos sombrios da Ditadura Militar, pois nela era inconcebível a participação da sociedade civil de forma organizada no controle de gastos e na fiscalização de atos corruptos. Nesse contexto, era inviável haver conselhos de controle social. Conseqüentemente, muitos grupos de minorias sociais, como os LGBTs, acusam a gestão federal Bolsonaro de se utilizar da “política da morte”, devido a este e outros retrocessos políticos de inclusão, como o caso da implantação da Medida Provisória de nº 870/19 (Medeiros, 2019).

A Medida Provisória de nº 870/19, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, retirou a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos, gerando um retrocesso significativo e notório, pois era visível a posição ultraconservadora com relação a esse grupo, sendo uma das suas primeiras medidas realizada depois da posse (Brasil, 2019). Como bem disseram os entrevistados (E4), (E6), (E8), (E13) e (E17):

E04 a gente tinha muitas políticas de inclusão nesse aspecto, e hoje tá perdendo isso.
E13	... Então, é muito complicada a gente fala desse novo líder, e não falar dos retrocessos, (...) [que é bem] notório, que com o ganho desse atual (...) presidente iam acontecer retrocessos, eram visíveis antes mesmo da eleição, [e, hoje pode ser visto], na sua totalidade e de forma concreta, já no papel, já documentado

E6	a gente acaba sendo desprotegidas, [com] pessoas no poder governando contra gente, né?
E8	(...) [o ataque] a política LGBTt que já é era de se esperar
E17	... as coisas tão tomando direções que são meio obscuras para gente do mundo LGBT (...)... eles [não nos consideram] como seres humanos, não como pessoas [que fazem] parte do meio social.

Outro fato curioso que ocorreu, foi que apesar das falas negativas do candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro com relação à população LGBT, bem como sua falta de planos de governo que atendessem aqueles, o então presidente obteve, ainda que de forma tímida, alguns representantes LGBTs que o apoiaram, conforme pesquisa do Datafolha (2018), com cerca de 29% declarando voto e apoio ao agora então Presidente da República Jair Bolsonaro.

Essa associação inusitada com a direita no Brasil, não condiz com a trajetória de ativismo Lésbico, Gays, Travestis e Transexuais, que desde meados dos anos 1980, sempre mostraram inclinação com partidos ditos de esquerda, sendo esse fato bastante lembrando pelos entrevistados devido a dissonância, bem como citaram a suposta falta de entendimento de alguns LGBTs, sobre a real situação política na perspectiva do direito voltado para causa (Irineu *et al*, 2019). Conforme pode ser verificado nas falas dos entrevistados (E4), (E10) e (E11):

E4	... é uma [gestão de] política da morte (...) a gente vai sofre ataques, inclusive de LGBTs...
E10	... que ele tá ali acabando com seus direitos e a pessoa [LGBT] está lá aplaudindo é de susto, é de ficar sem entender....
E11	... [a] gente (...) está lutando (...) é meio que [a] gente tá nadando e morrendo na praia (...) a gente não é visto (...) a gente tá lutando para ver se a homofobia vai virar ou não, uma lei para ter crime e tal. Na verdade (...) os próprios LGBTs não tem tanta visão com relação aos direitos da comunidade LGBT.

Os entrevistados lembraram da vitória recente para a população LGBT, que foi a criminalização da homofobia. Com a Lei 7.716/2018 que foi lembrado, principalmente em razão da fala do presidente Bolsonaro, que criticou veementemente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de criminalizar a homofobia. Conforme ele, igualar as praticas de homofobia e transfobia ao crime é um “completo equívoco”, que pode prejudicar bastante os LGBTs na busca por emprego (Mariano & Gerdadi, 2019).

Eles lembraram, também, da extinção de cerca de 07 (sete) Ministérios, bem como a fusão de outros, ficando no total com 22, ressaltando inclusive o despreparo de alguns ministros, como o caso da Damares, atual representante do ministério da Mulher, da Família e

Direitos Humanos. Esse fato foi bastante discutido pelos entrevistados (E21), (E23), (E26), (E27) e (E30):

E21	... ele vem fazendo [boicote] a progressão das causas LGBTs, [bem como a] criminalização da lgbtfobia.
E23	... bom, [apesar de ter tido] uma vitória recentemente com a criminalização da homofobia, mas a gente sabe que não é uma proposta que é importante para eles...
E26	...de ter um ministério da família (...) e perder muitos ministérios que foram importantes, que participaram de toda uma agenda política dos movimentos sociais, conseguiram esses direitos [e, estamos] perdendo tudo isso.
E27	... eles querem invisibilizar que existe a questão da violência contra lgbt's (...) no país (...) a gente se sente invisível e uma [certa] insensibilidade da sociedade diante das nossas pautas.
E30	...eu acho que isso foi um impacto muito grande (...) porque isso quebra nossos direitos, são líderes que não defendem nossa forma de viver [que impõem a] heteronormatividade [típico da] família conservadora.
E38	...por exemplo aquela ministra da mulher, dos direitos humanos é pra uma pessoa que eu não tenho nem como descrever em palavras (...) e tipo ela é totalmente perdida [e, fazem] muitas pessoas ficarem tão perdidas quanto, e tipo, ela cai assim de pau nos nossos direitos [dizendo] que a gente não existe e que [estimula] as pessoas a fazerem coisas erradas.

Outro destaque dado por um dos entrevistados da pesquisa, foi em relação ao projeto de reorientação sexual, alcunhado de “Cura gay”, sendo este protocolado pelo pastor João Campos, que foi um delegado da polícia civil na região do Goiás, depois atuou como deputado federal em 2002 pelo PSDB-GO, cujo o qual propôs que psicólogos poderiam atuar no tratamento para pessoas que desejam deixar a homossexualidade (Gonçalves, 2019).

Na época o supracitado projeto gerou bastante polêmica, houve uma sessão na Câmara dos Deputados, com discussões acaloradas, que reuniu psicólogos, manifestantes e parlamentares contra a proposta, tendo como seu principal opositor, o Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que terminou por ser derrubada pela Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lúcia, atendendo a pedido do Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Gama, 2019). Isso, foi lembrado pela entrevista de número (E33), que diz:

E33	... eu for falar isso especificamente sobre o governo federal, é um misto de (...) medo (...), raiva (...) por causa dos desmontes em várias áreas, mas um direcionamento muito descarado contra lgbt's e outros recortes de população, a própria política que envolve saúde mental, também há grandes riscos pra lgbt's hoje (o presidente) sancionou a lei da internação compulsória que pode atingir diretamente lgbt's e mulheres, especificamente com esse lance da cura gay.
-----	--

E, outro fato elencado pelos entrevistados, que afligiu bastante a população LGBT, especificamente as pessoas trans, dessa vez em âmbito educacional, refere-se ao cancelamento pelo Presidente Bolsonaro ao edital do vestibular exclusivo para transexuais, travestis, intersexuais e não binários da UNILAB (Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira), foram ofertadas 120 vagas para os *campi* do Ceará e da Bahia. Com a intervenção, a reitoria da universidade resolveu se posicionar, através de dados informados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em maio de 2019, que diz que somente 0,2% dos alunos de graduação das universidades federais do país são transgêneros (Silva & Vaz, 2019). Isso, repercutiu, causando preocupação e indignação, principalmente no meio trans, como destacou o entrevistado (E47), que questiona se o mesmo ocorreria com outro grupo social, que não o LGBT:

E47	... a minha preocupação com cenário nacional só tem crescido, porque ontem mesmo [ocorreu no] meio trans barrado (...) [o] vestibular para a federal lá da Bahia para as pessoas trans (...) pelo governo, agora pergunta, será que ele barraria se fosse outro grupo, será que foi só porque foi a população trans? E, onde é que a gente já viu um presidente da república comemorar e compartilhar aqui no twitter [a perda de direitos].
-----	--

Ao realizar o autorretrato sobre destino dos direitos humanos e sociais na gestão Bolsonaro, foi percebido como sua política notadamente teve como principal bandeira a luta contra direitos humanos e sociais fundamentais estabelecidos constitucionalmente, bem como o uso do poder para retirar políticas afirmativas.

O seu governo provoca ainda mais alarde quando se funde os princípios ultraneoliberais com vertente fascista, cuja combinação causa e perpétua a banalização da não garantia de direitos, principalmente aqueles conquistados por ‘minorias sociais’, legitimando e respaldando discurso como: “excesso de direitos prejudica”, valores este que remete muito aos tempos ditatoriais vividos pelo Brasil, que foi incorporado como certo até para uma parcela da população que se prejudica com isso.

3.4. A escolha da coletividade como caminho de resposta

Durante o período eleitoral do ano de 2018, o político de extrema direita Jair Bolsonaro, candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), teve como principal bandeira de campanha, por fim aos “privilégios” (lê-se direitos) de “minorias sociais” ou “minorias

sociológicas”, a exemplo dos LGBTs, tal qual a política voltada para causa, conforme dito no tópico anterior.

Por esta razão, houve-se um levante popular das consideradas “minorias sociais” para começar uma resistência pautada pela luta por direitos naquele ano, devido aos turbilhões de ataques proferidos pelo ainda candidato à presidência Bolsonaro (PSL), bem como em virtude da sua eminente vitória. (Queiroz, 2019). Como pode ser vista nas falas dos entrevistados de número (E18), (E15), (E23), (E24), (E28) e (E05), que fizeram alusão a esse fato, dizendo:

E18	...quanto mais que eles querem acabar com as pessoas LGBTs, mas eu me sinto resistente, (...) [e, com] vontade [de] lutar pelos nossos direitos, somos pessoas iguais a qualquer outra pessoa...
E15, E23, E24, E28	... gente estava passando por período que tava Bolsonaro [para] assumir e tal, então a gente precisava de uma coletiva, não só de uma luta por direitos, mas de também de acolhimento (...) de mulheres para que gente lute juntas, mas me sentir mal, né?
E05	...me sinto também nos meios que estou, nos movimentos sociais e tudo mais, (...) me sinto fortalecida.

Outra estratégia para obter a derrocada de Bolsonaro nas eleições, foi um movimento chamada “Vira Voto”, cujo objetivo era apresentar relatos de pessoas que mudaram o seu voto para favorecer, o então candidato à presidência na época Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), seu principal opositor, bem como incentivar as pessoas a disponibilizar seu tempo para dialogar e convencer, principalmente, os indecisos para não votarem em Bolsonaro (PSL). Este movimento foi criado no *instagram*, que contou com o envolvimento de militantes, intelectuais, artistas e a própria sociedade civil incentivada por este. Além de outras, manifestações sociais realizadas principalmente por estudantes e professores nas ruas (Camargo, 2019). Os entrevistados (E12), (E14), (E42) e (E46), fizeram menção a esses fatos, nos dizeres:

E12	...estou mobilizando os alunos, a gente está indo para a rua, [apesar] de me sentir incrédula e depois buscando forma de enfrentamento.
E14, E42, E46	...a gente tem que agir para barrar isso, é longo, é processo demorado de convencimento e de diálogo, temos que seguir em frente.

Apesar da luta para reversão de votos, o candidato do PSL venceu Fernando Haddad com 55% dos votos contra os 44% do candidato, no domingo do dia 28 de outubro de 2018. Nisso, gerou-se um clima de tensão entre LGBTs, negros, indígenas, quilombolas e mulheres, devido à vitória de um neoliberal conservador, que em muitas das falas colocava direitos e destinos de modo incerto (Dourado, 2019).

A vitória de Jair Bolsonaro reacendeu “novos” medos para as “minorias sociais”, dentre eles os riscos de perseguição e mortes políticas análogas aos que foram vividos nos tempos de Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, conforme visto no tópico anterior nas falas de alguns entrevistados, isso também pode ser observado no resgate da frase: “Ninguém solta a mão de ninguém”, que se tornou um viral, principalmente nas redes sociais, depois da confirmação da sua eleição (Oliveira *et al*, 2019). O entrevistado (E30) fez referência a essa frase que virou celebre entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais na sua colocação, dizendo:

E30	... e a gente só procura se segurar na mão dos outros, afinal e o que a gente tem, né?
-----	--

A frase era trazida junto com uma ilustração que fazia menção a duas mãos entrelaçadas com uma flor no meio, no sentido de mostrar e promover a possibilidade de união e resistência, a qual foi rapidamente incorporado como manifesto de irmandade de liberdade pelas “minorias sociais” formados por: negros, indígenas, mulheres e LGBTs, que contavam naquele instante apenas com sentimentos de incerteza e consternação (Mizutani, 2019).

A origem da “Ninguém solta a mão de ninguém” se deve ao período da história, denominado de Anos de Chumbo (1968-1974), no governo de Médici, e conforme o jornalista Nassif (2018), era o grito um terror que ecoava nos acampamentos improvisados onde ficava o curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). O autor explica que à noite, quando as luzes das salas de aula eram repentinamente desligadas, os alunos assustados procuravam segurar as mãos uns dos outros e gritar a frase. Logo depois, quando as luzes eram acesas, faziam uma chamada entre si. Muitas vezes ocorreria de um deles não responder, por já não se encontra por lá (Nassif, 2018).

Esta foi considerada a fase mais repressiva da ditadura militar no Brasil, portanto denominada de Anos de Chumbo, pois foi nela que houve a implantação do Ato Institucional de número cinco, o famoso AI-5, que dentre muitas coisas trazia a censura. O período também se destacou pelo forte confronto entre a extrema-esquerda e a extrema-direita, o desaparecimento e morte de centenas de militantes, ativistas, intelectuais e jornalistas envolvidos em atividades tidas como subversivas pelo Regime Ditatorial. Muitos deles foram obrigados a viver na clandestinidade ou pedir asilo político em outros países, devido ao terror vivido naqueles anos no país (Possas, 2019).

Nessa perspectiva, o processo eleitoral de 2018, foi bastante doloroso e preocupante para muitas pessoas que integram, principalmente, os grupos considerados minoritários, mas que ainda, mesmo assim, resolveram optar pela escolha da coletividade como caminho de resposta, no sentido de unir, e transformar-se em importantes catalisadores contra esse governo.

Este que age e impulsiona discursos conservadores de cunho violento e valores fascistas, que se assemelham bastante em alguns pontos com anos de horror vivido no Brasil na época da Ditadura Militar, pois este que ao mesmo tempo em que deslegitima certas causas sociais tidas como “privilégios” para ele, cultua e reverbera discursos homofóbicos, sexistas e racistas, contra a população que historicamente é duramente marginalizadas. Conforme diz o entrevistado (E48):

48	...foi um processo que serviu tanto para nos fortalecer e nos deixar unidos.
----	--

4. Considerações Finais

Em tempos de conservadorismo vigente na política brasileira, sob égide da figura presidencial de Jair Bolsonaro, na qual este contribuiu bastante para legitimação de uma rede de discurso de ódio contra as “minorias sociais”, formadas por: mulheres, negros, indígenas, quilombolas e LGBTQs, gerando assim uma necropolítica, ou política da morte, que perpassa não só apenas em relação à questão do óbito, mas também age no controle da subjetividade daqueles que não se encaixam nas características necessários para serem considerados “cidadãos de bem”, que são: homens, heterossexuais, brancos, viris e de classe não popular.

Lamentavelmente, não há aqui um exagero. O Presidente Bolsonaro é a personificação do mais que tem de mais vil no conservadorismo, que selecionam pessoas e as hierarquizam, por um suposto grau de importância, marginalizando as que não possuem tais atributos. No atual estágio que se encontra o governo, percebe-se que isso, só tende a avançar, o que se torna um desafio a mais para os militantes pertencente das “minorias sociais”, que se encontram nesse momento desfavorecidos com essa conjuntura, sendo a única saída seguir o conselho do filósofo sul-africano Achille Mbembe (2018), autor do termo “necropolítica”, que diz deve-se lutar para resistir a aqueles que costumam vencer sem razão, tendo como única fonte a “verdade da violência”.

Referências

Abraao, F.; Rodrigues, L. (2019). “A criminalização da homofobia perante a luz do Supremo Tribunal Federal”. *Jornal Eletrônico das FIVJ*, vol. 11, n. 2. p. 11- 25.

Antonioni, Á. (2019). *Odeio, logo, compartilho: O discurso de ódio nas redes sociais e na política*. Editora Viseu LTDA-ME.

Araújo, O.; Souza Neto, J. F. (2018). “Tá lá o corpo de mais uma travesti no chão...”: o império da violência no nordeste. In: *Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade*.

Bastos, M. V. F. (2018). *Comissão Afonso Arinos, assembleia nacional constituinte e a elaboração da constituição de 1988: construção, procedimento e legitimidade*. 137 f. Dissertação - Universidade de Brasília – UNB, Brasília.

Bittar, E. C. B. (2016). *Curso de ética jurídica*. 13 ed. São Paulo: Saraiva.

Borba, J. et al. (2018). Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n° 27, p. 105-137.

Brasil. (2019). Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>

Butler, J.; Rios, A. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, vol. 19, p. 95-126.

Camargo, A. C. (2019). Cenário político brasileiro e participação. *Revista Compolítica*, v. 9, n. 2, p. 159.

Castro, L. A. (2017). *Minorias Sociais e seus obstáculos à representação no Legislativo Brasileiro*. 2017. 115 f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Castro, M. E. P.; Cavalcante, C. L. C. (2019). Os cenários que moldaram a ascensão de Hitler na Alemanha e a eleição de Bolsonaro no Brasil: uma análise de contexto e estratégias de comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís: Universidade Federal de São Luís.

Cioccari, D. (2018). O atentado contra Jair Bolsonaro: imagem e a violência nas eleições. Revista Líbero, vol. 21, n° 42, p. 128- 142.

Cioccari, D.; Persichetti, S. (2018). Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. Revista Alterjor, vol. 02, n. 18, p. 202.

Costa, A. J. N.; Martins, M. G. T. (2018). Gênero e diversidade sexual: concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada de Macapá-AP. Revista Eletrônica Estácio Papyrus, vol. 5, n. 1. p. 83-100.

Datafolha. (2018). Bolsonaro (59%) mantém vantagem sobre Haddad (41%). Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983421-bolsonaro-59-mantem-vantagem-sobre-haddad-41.shtml>>

Dibai, P. C. (2018). A direita radical no Brasil pós- redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro. p. 154. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Dourado, L. F. (2019). Estado, educação e democracia no brasil: retrocessos e resistências. Educação & Sociedade, v. 40.

Foucault, M. (1984). História da sexualidade I: a vontade de saber. In: História da sexualidade I: a vontade de saber.

Foucault, M.; Motta, M. B. (2004). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Frijda, N. H. (1986). The emotions. Cambridge. England: Cambridge University Press.

Gama, M. C. B. (2019). ¿Cura gay? Debates parlamentarios sobre la (des) patologización de la homosexualidad. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, n. 31, p. 4-27.

Gomes, R. (2007). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS, organizadora. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, p 79-108

Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião & Sociedade*, v. 39, n. 2, p. 175-199.

Gonçalves, M. C. (2018). O pensamento pós-moderno em Foucault: Aproximação e tensionamento no Serviço Social. p. 104. Dissertação de Mestrado. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Grupo Gay da Bahia. GGB. (2019). Relatório parcial por ocasião do Dia Internacional contra a Homofobia: mortes de LGBTQ+ do Brasil, Salvador.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2019). Cidade: Teresina. Piauí. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/teresina.html>. Acesso em: 15 dez. 2019

Irineu, B. A. et al. (2019). “O samba começou e fez convite ao tango para parceiro”? A arena LGBTI em tempos de ofensiva neoliberal e “cruzada antigênero” no Brasil e na Argentina. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 17, p. 255-270.

Leal, T. C. et al. (2015). Retrocesso político como morte social e física no Brasil da contemporaneidade. *Ipotesi—revista de estudos literários*, vol. 19, n. 2. p. 90-102.

Louro, G. L. (2018). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 76p.

Mariano, R.; Gerardi, D. A. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120, p. 61-76, 2019.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. 3. ed. n.1 São Paulo: edições.

Medeiros, E. S. (2019). Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 13, n. 2, p. 287-300.

Mizutani, L. (2019). Ninguém solta a mão de ninguém. *Anais Simpósio Reflexões Cênicas Contemporâneas*, v. 1, n. 1.

Morais, A. R. A. (2019). O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 20. n. 1. p. 152- 172.

Nassif, L. (2018). A origem do “Ninguém solta a mão de ninguém”. *Jornal GGN*. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/historia/a-origem-do-ninguem-solta-a-mao-de-ninguem-por-marcelo-mendonca/>> . Acesso em: 22/12/2019

Nunes, A. C. (2017). Uma análise da construção dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys (2011-2014). p. 93. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas.

Oliveira, D. A.; Ferrari, A.; Nallon Machado, N. (2019). "Ninguém solta a mão de ninguém", conectados/as em rede, resistimos. *Revista Práxis Educativa*, v. 14, n. 2.

Piaget, J. (1977). *O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas*. Lisboa: Dom Quixote.

Possas, L. M. V. (2019). Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos “anos de chumbo” (Brasil, 1970-1980). *História Oral*, v. 1516, p. 87.

Queiroz, E. F. C. (2019). Movimentos sociais no Brasil: enfrentamentos no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. *Movimentos Sociais*, v. 4, n. 06, p. 114-153.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando.

Rocha, G. L. (2018). Propaganda política: as leis de domenach na pré-campanha presidencial de lula e bolsonaro 2018.2018. 60 f. Monografia- Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

Santos, L. R. L.; Barros, M. A. J.; Ferreira, M. C. M.; Giuliani, C. D. (2019). Políticas Públicas voltadas para a população LGBT: história, conceitos e fragilidades. Instituto de geografia programa de pós-graduação em saúde ambiental e saúde do trabalhador, vol. 32, n. 2. p. 363- 375.

Schmidt, A. P. C. (2005). Discurso político sobre educação no período pré-eleitoral: o que esperar dos candidatos?. Revista Letras Raras, vol. 8, n° 2, p. 80-107.

Sierra, J. C. (2019). Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015. Anos 90, vol. 26, p. 1-14.

Silva, E. F. (2019). Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. Conhecer: debate entre o público e o privado, vol. 09, n.2, p. 134-153.

Silva, F. P.; Azevedo, M. P.; Carvalho, A. M. (2019). Discurso e enunciado em Foucault”. In: Oliveira, A. S. Q de; Barbosa, L. B. da S; Leite, L. S. M (ed.). Michel Foucault: reflexões acerca dos saberes e dos sujeitos. Mossoró: EDUERN. p. 254.

Silva, J. G. P. L. (2017). O discurso na construção do direito e das relações de poder: uma análise das ideias de Foucault. p. 122 f. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Silva, K.; Vaz, A. F. (2019). Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). Revista Crítica Cultural, v. 14, n. 2, p. 209-221.

Silva, L. S. S. da et al. (2019). Política e rejeição das alteridades: a participação de estudantes universitários nas eleições presidenciais de 2018. Seminário de Iniciação Científica, p. 129.

Silva, M. R.; Pires, G. L.; Pereira, R. S. (2019). Manifesto contra o neoliberalismo totalitário, a destruição da educação, do meio ambiente, da ciência, da cultura e do ministério do esporte no governo bolsonaro. E pelo chi, chi, chi, lê, lê, lê!!!. Motrivivência, v. 31, n. 60, p. 01-18.

Silva, N. F.; Rubio, N. F. A. (2018). Sexualidade homossexual no jornal lampião da esquina. Revista Transversos, n. 14, p. 165-186.

Sousa, S. A. (2009). Discurso, autor e sujeito dentro da obra A Ordem do Discurso de Michel Foucault: uma análise metadiscursiva. Darandina Revista Eletrônico, vol. 2, p. 2- 9, 2009.

Souza, F. F. (2018). Como o fascismo funciona: a política do Nós contra Eles. Revista Espaço Acadêmica. vol.18, p. 118-120.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa – 30 %

João Caio Silva Castro Ferreira – 15 %

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior – 15 %

Liana Maria Ibiapina do Monte – 11 %

George André Lando – 11 %

Elaine Ferreira do Nascimento – 11 %

Marcos Renato de Oliveira – 7 %